



Ministério Público
do Estado do Amapá

Procuradoria-Geral de Justiça
Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
Departamento Tecnologia da Informação

Relatório de Gestão

2022



Ministério Público
do Estado do Amapá

Estrutura Organizacional

Ivana Lúcia Franco Cei

Procuradora-Geral de Justiça

Alexandre Flavio Medeiros Monteiro

Secretário-Geral

André Luiz Dias de Araújo

Presidente do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI)

Rodinei da Silva Paixão

Diretor do Departamento de TI (DTI)

Marcelo Magalhães Pantoja

Gerente da Divisão de Sistemas de Informação (DSIS)

Charles Barbosa Penante

Gerente da Divisão de Suporte e Serviços de TI (DSSTI)

Marco Aurélio Gama da Silva

Gerente da Divisão de Infraestrutura de TI (DITEC)

Lucien Rocha Lucien

Gerente da Divisão em Governança de TI (DIGOV)

APRESENTAÇÃO

O ano de 2022 foi um ano de consolidação para o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Ministério Público do Estado do Amapá. A aceleração do processo de adoção de transformação digital demandado no cenário pós-pandemia, somado com a nova cultura de trabalho que passou a incorporar uso de recursos tecnológicos para realização de reuniões e audiências judiciais híbridas ou totalmente virtuais, a regulamentação do regime de teletrabalho no âmbito institucional e a adoção de recursos de desenvolvimento de documentação colaborativa, tornaram-se parte do cotidiano dos membros, servidores e colaboradores da instituição, provendo maior eficiência e praticidade para a execução das atividades rotineiras.

Nesse novo cenário, o investimento em Tecnologia da Informação foi imprescindível para proporcionar a sustentação de todos os sistemas e funcionalidades atualmente disponibilizadas pela instituição e o apoio incondicional da Administração Superior por meio do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), da Procuradora-Geral de Justiça e do Secretário-Geral, foi essencial para o sucesso dos projetos aqui apresentados.

Além dos desafios conhecidos de atendimento às normativas e regulamentações aplicáveis ao *parquet*, que se encontram em constante evolução dado a importância que os recursos tecnológicos passaram a ter na operacionalização dos órgãos públicos. Também destacamos o novo desafio assumido pela Procuradora-Geral de Justiça de cumular atribuições e presidir o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPJ), que nos honrou em apoiar a realização de importantes feitos, dentre os quais destacam-se: o desenvolvimento do novo Portal do CNPJ, o desenvolvimento do sistema de informação Banco Nacional de Peças dos Ministério Público, o apoio técnico na realização de processo eleitoral para escolha do novo presidente do CNPJ e o apoio técnico na realização de reuniões eventos institucionais do CNPJ em Belém, Fortaleza, Brasília e Macapá.

Na estruturação organizacional do Departamento, destaca-se a criação da Divisão de Governança, que atuou fortemente no desenvolvimento de projetos e ações estratégicas para buscar atingir a conformidade regulatória da instituição a Política Nacional de Tecnologia da Informação - PNTI, instituída pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP por meio da Resolução nº 171/2017.

Na execução de ações desenvolvidas pelo Departamento de TI no exercício de 2022, enfatiza-se a realização de **48 (quarenta e oito) projetos** que se encontram detalhados nas próximas seções deste documento. Dentre os quais, destacam-se:

- **A substituição de 460 microcomputadores corporativos**, que representa a renovação de aproximadamente 60% do parque computacional da instituição;
- O aparelhamento institucional dos novos membros com a entrega de **15 notebooks**;

- A modernização dos **painéis de videowall** e sistema de audiovisual de salas de reuniões do colégio de procuradores e auditório;
- A elaboração de novos sistemas de informação:
 - **sistema de Peticionamento Eletrônico** - que se encontra em estado finalizado, aguardando apenas a regulamentação processual e o lançamento da plataforma de peticionamento perante a comunidade amapaense
 - **Sistema Administrativo Integrado (eSAI)** - Consolida num único sistema os pedidos de férias, recesso administrativo e licença prêmio, perfazendo os lançamentos em folha de pagamento, publicações em diários, fluxos de autorização e aprovação e contabilização de direitos.
- O **aumento da capacidade de banda, redundância e velocidade dos enlaces do MP/AP para 1.5 Gbit/s** (média de outros órgãos é 0.5 Gbit/s), que proporcionará maior estabilidade, disponibilidade e qualidade na operacionalização de sistemas de informações, navegação em websites, audiências e reuniões realizadas via Internet;
- **Aumento da capacidade de armazenamento de dados no e-mail institucional e adoção de recursos de proteção à privacidade e segurança dos dados**, incluindo sequestro de dados (ransomware);
- A continuidade de **migração de serviços críticos de TI para o ambiente de Plataforma em Nuvem Computacional** - que possibilita maior segurança, desempenho computacional (agilidade na resposta de requisições sistêmicas), e maior disponibilidade de oferta dos serviços de TI para suportar nova tendência de trabalho em qualquer lugar (anywhere office).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DTI

O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Ministério Público do Estado do Amapá tem a missão institucional de prover soluções de tecnologia da informação que contribuam para a melhoria do desempenho das atividades institucionais, atuando como instrumento estratégico na busca de soluções inovadoras e satisfação dos usuários.

Para conseguir alcançar este desafio, o DTI segmenta-se em quatro divisões institucionais que possuem a seguinte composição de servidores em 2022.

Departamento de Tecnologia da Informação

Rodinei Silva da Paixão – Diretor

Divisão de Sistemas de Informação

Marcelo Magalhaes Pantoja – Gerente

Arthur Francisco Araújo da Silva
Diego Patrick de Oliveira Gomes
Frederico de Souza Amaro Junior
Lucas Fauro de Araujo
Marcell Coutinho Ribeiro

Divisão de Suporte e Serviço de TI

Charles Barbosa Penante – Gerente

Ciclaudo Andrea Gama
Fábio dos Santos Ferreira
Gilberto Xavier Moura Junior
Luã Kristian Araújo Pelaes

Divisão de Infraestrutura de TI

Marco Aurélio Gama da Silva – Gerente

Fernando Soares Santos
Jardel Batista Neri
Lindomar Góes Ferreira
Marcéu Souza Farias

Divisão de Governança de TI

Lucien Rocha Lucien – Gerente

Gilberto Souza de Almeida
Alan Pinheiro Brito
Geovane Vanzeler Melonio

APRESENTAÇÃO	3
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DTI	5
DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	8
1. Banco Nacional de Peças do MP.	8
2. Aplicativo Radar Ambiental.	8
3. Peticionamento Eletrônico.	9
4. Sistema Administrativo Integrado - eSai.	9
5. Novo Portal da Transparência 5.0.	10
6. Sistema de Gestão de Atendimentos.	10
7. Novas funcionalidades no SISCOR.	11
8. Sistema de Gestão de bens do Memorial do MP-AP.	12
9. Novo Portal de Licitações.	12
10. Melhorias no Sistema de Processo Eletrônico (URANO).	13
11. Sistema de Consulta de Dados Previdenciários.	13
12. Outras atividades de relevância executadas no exercício 2022.	14
DIVISÃO DE SUPORTE E SERVIÇOS DE TI	15
13. Central de TI como fonte de economia de recursos financeiros.	15
14. Apoio técnico para realização de eventos institucionais.	16
15. Substituição e ampliação de impressoras multifuncionais.	17
16. Renovação de 60% do parque de desktops corporativos.	17
17. Aparentamento institucional dos novos membros do MP-AP.	18
18. Renovação de licenças e aquisição de periféricos para solução de videoconferência.	18
19. Aquisição de 3 novos painéis de Vídeo Wall.	19
20. Aquisição de estabilizadores de tensão tipo nobreaks.	19
21. Aquisição de 50 licenças do Microsoft Office 2021.	19
22. Aquisição de ferramenta de transcrição/gravação de áudio/vídeo.	20
23. Modernização dos auditórios do MP-AP na capital e interior do Estado.	20
24. Outras atividades de relevância executadas no exercício 2022.	21
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA DE TI	22
25. Modernização da Rede sem fio no Edifício Sede PGJ.	22

26. Modernização do Sistema de Videomonitoramento.	22
27. Melhorias no Fornecimento de enlace de dados e link de Internet.	23
28. Expansão de uso de Telefonia Móvel Institucional para atendimento à sociedade.	23
29. Ampliação dos serviços da suíte de colaboração da Google.	24
30. Migração dos servidores de arquivos [On premises] para ambiente em Nuvem.	24
31. Melhorias contínuas na segurança cibernética do ambiente em Nuvem do MP-AP.	25
32. Melhorias no monitoramento de ativos críticos de TI de forma sustentável.	25
33. Participação em eventos de qualificação técnica.	26
34. Adequações e sustentação de recursos tecnológicos para suportar atividades em teletrabalho.	26
35. Assessoramento na elaboração de projetos de rede lógica de obras, convênios e sustentação envolvendo recursos de TI.	27
DIVISÃO DE GOVERNANÇA EM TI	28
36. Auditoria de Conformidade à Resolução nº 171/2017-CNMP.	28
37. Elaboração e coordenação de Projeto Estratégico - Governança Digital.	29
38. Consolidação de Ações do DTI no Portal da TI .	30
39. Acompanhamento do PDTI 2022 e elaboração do PDTI 2023.	30
40. Elaboração e acompanhamento de projetos de captação de recursos públicos (emendas parlamentares) envolvendo recursos de TI.	31
41. Acompanhamento de Processos Eleitorais.	32
42. Apoio a conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados no MP-AP.	32
43. Participação em Comitê de adequação institucional à Nova Lei de Licitações e Contratos.	33
44. Participação na Comissão designada para adequação institucional à Resolução nº 102/2013 e encaminhamento de sugestões ao CNMP.	34
45. Elaboração de Painéis Gerenciais.	35
46. Desenvolvimento de campanhas publicitárias para o DTI.	35
47. Desenvolvimento e acompanhamento de indicadores de produtividade.	36
48. Outras atividades de relevância executadas no exercício 2022.	37
Considerações Finais	38

DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Comprometida com a missão de inovar, desenvolver, manter e aprimorar sistemas de informação e as regras de negócio institucionais. As seguintes atividades foram desempenhadas durante o ano de 2022.

1. Banco Nacional de Peças do MP.

O Banco Nacional de Peças do Ministério Público foi proposto para solucionar a ausência de um ponto central de catalogação de modelo de peças, bem como a falta de integração com outros sistemas e múltiplas versões de um mesmo arquivo. Nesse sentido, foi criado um ambiente virtual comum, colaborativo e de fácil acesso para membros e servidores do MP-AP, onde estão sendo compartilhados e catalogados modelos de peças.

O sistema foi desenvolvido pela equipe da Divisão de Sistemas de Informação do MP-AP, já possui mais de 1.200 usuários cadastrados e está em uso por 29 unidades do MP brasileiro, esta ferramenta já possui modelos de peças criminais e eleitorais. O sistema foi apresentado e lançado, após aprovação, durante reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPGE), em Brasília (DF), no dia 16 de fevereiro.



A criação do sistema foi conduzida pelo Diretor do DTI/MP-AP, Rodinei Paixão, que fez a apresentação da ferramenta na reunião do CNPGE, a convite da presidente do Colegiado e procuradora-geral do MP-AP, Ivana Cei. O software disponível para todos os MPs nacionais, atende uma demanda do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM).

“A nova ferramenta possibilita gerenciar peças, compartilhar com outros membros e servidores, utilizar o serviço dentro de sua própria intranet e sistema de processo através de nossa API e muito mais. Já estamos com

28 solicitações de uso da Interface de Programação de Aplicação (API). Os usuários não precisam de capacitação, pois é auto explicativo e bem simples. Uma solução com agilidade e praticidade”, frisou Rodinei Paixão.

De acordo com a PGJ do MP-AP, o sistema melhora, ainda mais, a integração, transparência e segurança nas unidades do MP nacional.

2. Aplicativo Radar Ambiental.

Com o objetivo de obter a colaboração da população amapaense como agente fiscalizador de crimes ambientais, o Ministério Público do Amapá (MP-AP) por intermédio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAO Ambiental) e da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente

de Macapá propôs a desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis que possibilitasse o mapeamento de denúncias ambientais.

O "Radar Ambiental" foi desenvolvido pela equipe técnica da Divisão de Sistemas de Informação do MP-AP, com a colaboração técnica do núcleo de Geoprocessamento do CAO-Ambiental. A ferramenta objetivou aumentar a eficiência da fiscalização na atuação em defesa dos interesses da sociedade, somando-se a usabilidade e facilidade de utilização em dispositivos móveis. O aplicativo encontra-se disponível nas lojas do Google e Apple nas versões Android e iOS, desde seu lançamento ocorrido em 8 de novembro de 2022.



3. Peticionamento Eletrônico.



O Sistema de Peticionamento Eletrônico é uma ação prevista no planejamento da procuradora-geral de Justiça do MP-AP, Ivana Cei, com o propósito de permitir que os cidadãos tenham mais uma forma de acesso ao órgão, para envio de documentos e atuação em processos que tramitam nas esferas administrativa e extrajudicial, aumentando assim a transparência e agilidade no trâmite processual, além de melhorar a prestação de serviços à população.

Dentre as inovações trazidas pelo sistema desenvolvido pela equipe técnica da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas do MP-AP encontra-se a integração com o serviço de autenticação do Governo Federal (Gov.BR) denominado AcessoGov, que possibilita integrar as credenciais de acesso dos cidadãos brasileiros em uma plataforma única, que garante a confiabilidade e segurança sistêmica, além de reduzir e otimizar os processos burocráticos de credenciamento de usuários.

O sistema foi desenvolvido no decorrer do ano de 2022 e encontra-se em estado finalizado, aguardando apenas a regulamentação processual e o lançamento da plataforma de petição perante a comunidade amapaense. A ferramenta possibilitará ainda o envio de anexos em formatos de áudios, vídeos, fotos e documentos em PDF e terá total integração com o sistema de processo eletrônico (URANO), reduzindo fluxos processuais e ampliando a transparência e eficiência de tramitação de documentos.

4. Sistema Administrativo Integrado - eSai.



Desenvolvido para atender a necessidade de maior controle e gestão sobre os períodos aquisitivos e solicitações de **férias, recesso administrativo e licença prêmio**, o sistema eSai foi pensado para resolver questões complexas como a gestão processual dessas solicitações, que vão desde o simples pedido até o controle de pagamentos e registro em assentamento dos Servidores do MP-AP.

O sistema possui integração com o diário eletrônico, fazendo com que as portarias sejam automatizadas, folha de pagamento, executando lançamentos em folha sem a necessidade de retrabalho, assentamentos funcionais são registrados a cada movimentação do pedido e com o urano, fazendo com que rotinas procedimentais sejam associadas ao sistema de forma transparente e simples.

Além das requisições, o sistema também faz a gestão do pagamento de conversão em pecúnia de férias e gozo de recessos suspensos por necessidade de serviço, que são registrados em processos administrativos. Na primeira versão, o sistema eSai atenderá apenas os servidores da instituição.

O uso do sistema eSai proporcionou uma redução significativa no tempo de tramitação processual de pedidos de férias, recesso e licença prêmio, haja vista que o novo sistema além de proporcionar uma interface fácil e intuitiva para utilização, automatiza rotinas de lançamento em folha de pagamento, gera portarias, publica portaria em diário oficial e realiza o registro em assentamentos funcionais. Tudo graças a integração com os sistemas institucionais: E-cidade, Urano, Portaria e Diário Eletrônico.

5. Novo Portal da Transparência 5.0.



No sentido de atender o processo de melhoria contínua de transparência pública capitaneado pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro - CCAF do Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro (CNMP), periodicamente é lançado o Manual do Portal da Transparência do Ministério Público.

O novo manual contemplou importantes contribuições das Unidades e Ramos do Ministério Público ao aprimoramento da transparência ativa, contemplando 19 novas consultas e 12 alterações em recursos já existentes.

Nesse sentido, para o exercício de 2022, o Departamento de TI, através da Divisão de Sistemas de Informação, juntamente com a Assessoria de Controle Interno, elaborou um conjunto de consultas públicas para atender o novo portal de Transparência do MP-AP.

Dentre outras atualizações, o manual incorporou importantes critérios de transparência, considerados como boas práticas de gestão pública pela nova Lei de Licitações, na expectativa de que a sua adoção por parte dos Ministérios Públicos contribua para o aperfeiçoamento da transparência e do acesso à informação.

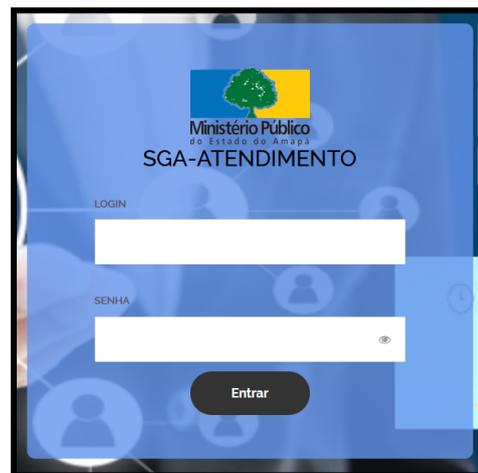
6. Sistema de Gestão de Atendimentos.

O sistema de Gestão de Atendimentos é uma aplicação desenvolvida para auxiliar no atendimento ao público do MP-AP, oferecendo funcionalidades para auxiliar no registro e acompanhamento da atividade de acolhimento e solução das demandas oriundas da sociedade.

Sua principal função é registrar o atendimento não procedimental, detalhando todas as atividades complementares de servidores e membros referentes aos feitos realizados durante o atendimento do cidadão, permitindo ainda que este atendimento seja exportado e convertido em um processo dentro do sistema de processo eletrônico, Urano.

Além de registro de atendimentos não procedimentais, o sistema permite a complementação de atendimentos procedimentais, fazendo a associação de um processo, seja ele administrativo ou extrajudicial, ao registro feito.

O sistema foi desenvolvido no decurso do ano de 2022 pela equipe técnica da Divisão de Sistemas de Informações do Departamento de TI e encontra-se em estado finalizado, aguardando apenas o lançamento oficial para ser disponibilizado para uso de todos os colaboradores da instituição.



7. Novas funcionalidades no SISCOR.

O Sistema de Gestão da Corregedoria (SISCOR) é um sistema desenvolvido pela Divisão de Sistemas de Informações do DTI com o objetivo de consolidar os módulos de integração com os sistemas de informações utilizados pela Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e automatizar atividades recorrentes desempenhadas pela Corregedoria Geral do MP-AP.

Para o exercício de 2022, os seguintes módulos foram desenvolvidos e/ou sofreram melhorias para melhor atender a conformidade com as resoluções e atos normativos pertinentes à Corregedoria do MP-AP:

Módulo de automação de rotinas de extração de dados finalísticos

Foi desenvolvido com o objetivo de automatizar a extração e o envio dos dados referentes à movimentação processual e atuação finalística dos membros do MP-AP, de forma a atender a taxonomia e comunicação com o sistema CNMPind, desenvolvido e mantido pelo CNMP, visando atendimento à resolução nº 147/2011/CNMP e 195/2019/CNMP.

Com este módulo, os usuários da corregedoria geral de justiça do MP-AP têm o preenchimento das informações de forma automatizada, com a opção de validação da contraprova antes do envio para o sistema do CNMP, que é realizado com apenas um clique.

Funcionalidades do módulo:

- Controle de versões de layout;
- Automação de extrações e envio via webservice;
- Validação de processos por questão respondida;
- Relatórios de consolidação.

Módulo de Correição Eletrônica

Desenvolvido para facilitar o procedimento de correição da Corregedoria do MP-AP, este módulo consiste em criar um formulário dinâmico, que permite aos usuários realizarem de forma automatizada o preenchimento de dados que geram estatísticas de atuação das promotorias correicionadas.

Módulo de Acompanhamento de Atos Procedimentais

Este módulo é responsável gerenciar a conclusão de atos procedimentais, dando a corregedoria a automação da rotina de análise e pedido de revisões dos feitos aos membros responsáveis pelos processos em acompanhamento.

8. Sistema de Gestão de bens do Memorial do MP-AP.

Solicitado através do processo de gestão administrativa nº 20.06.0000.0001992/2022-14, o sistema de gestão de bens do memorial do MP-AP tem como objetivo o registro e o gerenciamento de ativos institucionais tombados no Memorial do MP-AP.

Dentre as funcionalidades disponíveis no sistema de informação elaborado e mantido pela Divisão de Sistemas de Informação do DTI/MP-AP, citam-se:

- Detalhamento de bens tombados para o Memorial do MP-AP
- Registros fotográficos de bens tombados para o Memorial do MP-AP
- Movimentação dos itens registrados (realização de eventos externos, cessão de patrimônio, etc)
- Integração com o sistema patrimonial (e-cidade) na emissão de relatório de bens associados ao memorial do MP-AP e sua situação atual (em uso, em baixa, etc).



9. Novo Portal de Licitações.

Desenvolvido pelo pela Divisão de Sistemas de Informação do DTI no decurso de 2022, o Novo Portal de Licitações foi criado para atender os requisitos da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratações), possibilitando ampliar a transparência das contratações públicas realizadas no âmbito do MP-AP.

As seguintes funcionalidades foram disponibilizadas no novo portal de licitações:

- Integração sistêmica com o sistema de gestão administrativa do MP-AP (e-Cidade) e com o Sistema de Gestão de Contratos (ContratosGov), visando extração automática de informações



pertinentes à Licitações e Contratos administrativos firmados decorrentes desse tipo de processo aquisitivo;

- Amplia a transparência pública, com a divulgação de informações em tempo real;
- Consolida todas as informações pertinentes e vigentes à temática de Licitações, tais como: Composição da comissão de licitação vigente, Legislações, Licitações em uso, concluídas, chamadas públicas, atas de registro de preços, dentre outros;
- Facilita a tomada de ações como pedidos de esclarecimentos e pedidos de impugnações, automatizando formulários para atendimento a esse tipo de solicitação em licitações em curso;
- Consolida a agenda de licitações públicas da instituição, informando a pauta e o endereço para acompanhamento do processo licitatório ao vivo e/ou gravado (licitações transparentes).
- Informa o registro de empresas impedidas e com sanções aplicadas aos contratos públicos lavrados pelo MP-AP.
- Apresenta o Plano Anual de Contratações Públicas do MP-AP;
- Consolida o Rol de Licitantes e bens pré-qualificados;
- Lista das Obras paradas (transparência pública).

10. Melhorias no Sistema de Processo Eletrônico (URANO).

Em atendimento ao processo de melhoria contínua dos sistemas de informações desenvolvidos e sustentados pelo Departamento de TI, no decurso de 2022 foram implantados as seguintes melhorias sistêmicas no sistema de processo eletrônico (URANO), utilizado no MP-AP:

- Método de exportação do processo eletrônico em formato HTML, que executa o processamento da exportação de forma mais rápida e com índice de paginação;
- Alerta de documentos para assinatura e atribuições;
- Melhorias na consulta do processo, agilizando o procedimento de busca processual;
- Balanceamento de requisições no sistema gerenciado de banco de dados, que possibilitou direcionar consultas processuais a um banco específico (replicação), desonerando o banco de dados de produção, que passa a ser demandado apenas em requisições de inserção e dados, ampliando a eficiência operacional do sistema;
- Implantação do Painel de Processos: Página inicial do Urano que apresenta os dados referentes ao quantitativo de processos extrajudiciais e administrativos no acervo da unidade corrente. Para os membros, o mesmo possibilita o mapeamento total dos processos distribuídos no âmbito de todo MP-AP.



11. Sistema de Consulta de Dados Previdenciários.

Solicitado por intermédio do processo de gestão administrativa nº 20.06.0000.0001062/2022-98, o sistema de consulta de dados previdenciários busca consolidar em formato taxonômico previamente

definido, que totalizaram 25 (vinte e cinco) tipos de estruturas de dados previdenciais de membros e servidores do MP-AP para acesso dos servidores da Amapá Previdência - AMPREV.

Elaborado pela equipe técnica da Divisão de Sistemas de Informação do DTI, o sistema possui as seguintes funcionalidades:

- Acesso e Exportação de dados referentes a folha de pagamento e contribuição previdenciária de Membros e servidores do MP-AP;
- Gestão de dados de cálculo atuarial;
- Extração e adequação de dados originados no sistema de gestão (e-Cidade) para atendimento às diretrizes normativas do sistema eSocial, dentre as quais destacam-se os lançamentos em lotes de pagamentos de RRA, PAE e pagamentos de diárias.



Acesso AMPREV

Login

Login..

Senha

Senha..

Acessar Sistema

12. Outras atividades de relevância executadas no exercício 2022.

- **Consolidação anual de rendimentos:** Elaboração e execução do script de automação que consolida dados de membros, servidores e colaboradores do MP-AP no formato de envio para a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) para o exercício de 2022, além de correções de lançamentos e geração do arquivo final de envio à Receita Federal.
- **Adequação dos cadastros e folha de pagamento à Lei nº 2621/2021:** Atualização de dados e criação de estrutura de dados para adequar os lançamentos de folha de pagamento e cadastro de cargos e funções de confiança em concordância com a nova lei dos Servidores do MP-AP e apresentação dos dados no Portal da transparência do MP-AP.
- **Criação do cadastro de Currículos e perfil profissional na Intranet:** Atender requisito disposto no novo manual do portal da transparência, de forma a possibilitar que o membro, servidor e/ou colaborador do MP-AP registre suas atividades profissionais e formações acadêmicas a partir da Intranet Corporativa da instituição.
- **Eleições realizadas com o sistema Votus:** Gestão e acompanhamento do sistema de votação eletrônica usado pelo MP-AP nas eleições para escolha do Presidente do CNPG e para Procurador-Geral de Justiça.
- **Participação em eventos e workshops** de atualizações técnicas na área de desenvolvimento de sistemas computacionais.

DIVISÃO DE SUPORTE E SERVIÇOS DE TI

O Departamento de TI conta com a **Divisão de Suporte e Serviços de TI** para recepcionar as demandas dos usuários de recursos de TI da instituição, orientar sobre o uso correto e eficiente dos sistemas e equipamentos e realizar manutenções necessárias para o desenvolvimento das atividades institucionais do MP-AP.

A seguir apresentam-se os principais projetos e atividades realizados pela Divisão no decorrer do ano de 2022:

13. Central de TI como fonte de economia de recursos financeiros.

No ano de 2022 foram atendidos mais **5.000 (cinco mil)** chamados, o que representa uma média de 460 chamados por mês, e destes, 53% foram resolvidos ainda no primeiro contato, sem necessidade de intervenção de técnicos de campo.

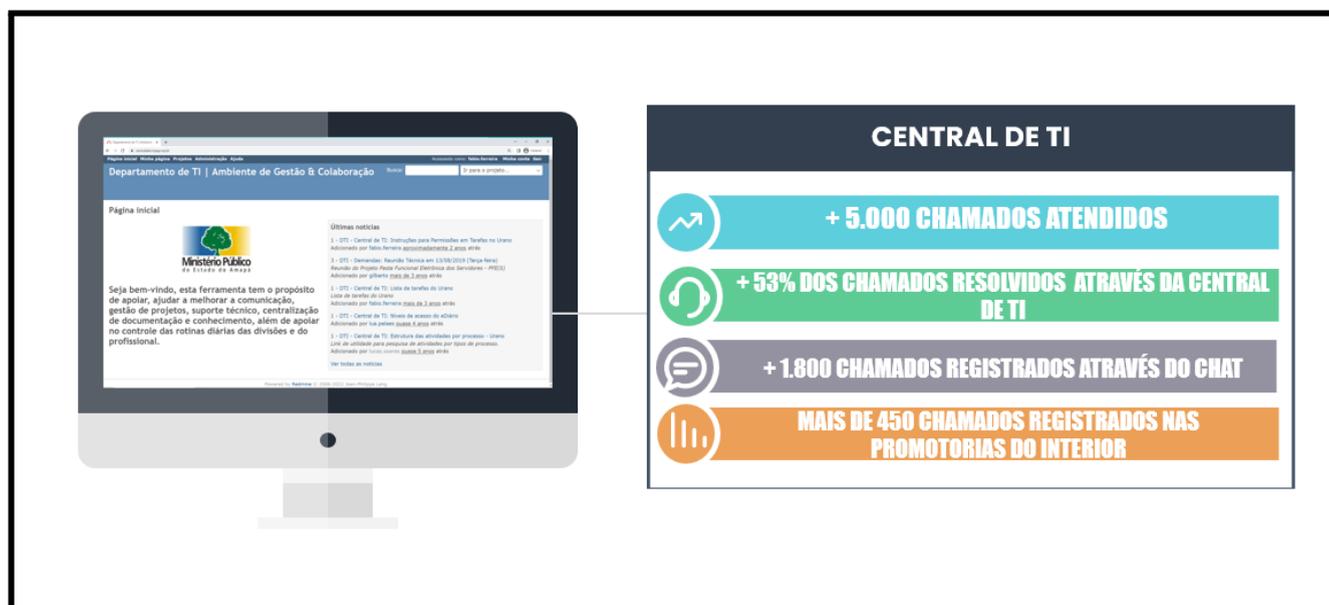


Imagem 01 – Central de TI em números –2022.

Chamados oriundos das Promotorias dos Municípios

Os atendimentos da Central de TI nas promotorias do interior contabilizaram mais **450 (quatrocentos e cinquenta)** chamados, destes, **53% foram resolvidos remotamente pela equipe da Central de TI.**

A atuação da Central de TI de forma remota, gerou uma economia com combustível e pagamento de diárias em 2021 de **R\$448.120,26 (quatrocentos e quarenta e oito mil, cento e vinte reais e vinte reais e seis centavos)**, conforme cálculo demonstrado através da figura abaixo.

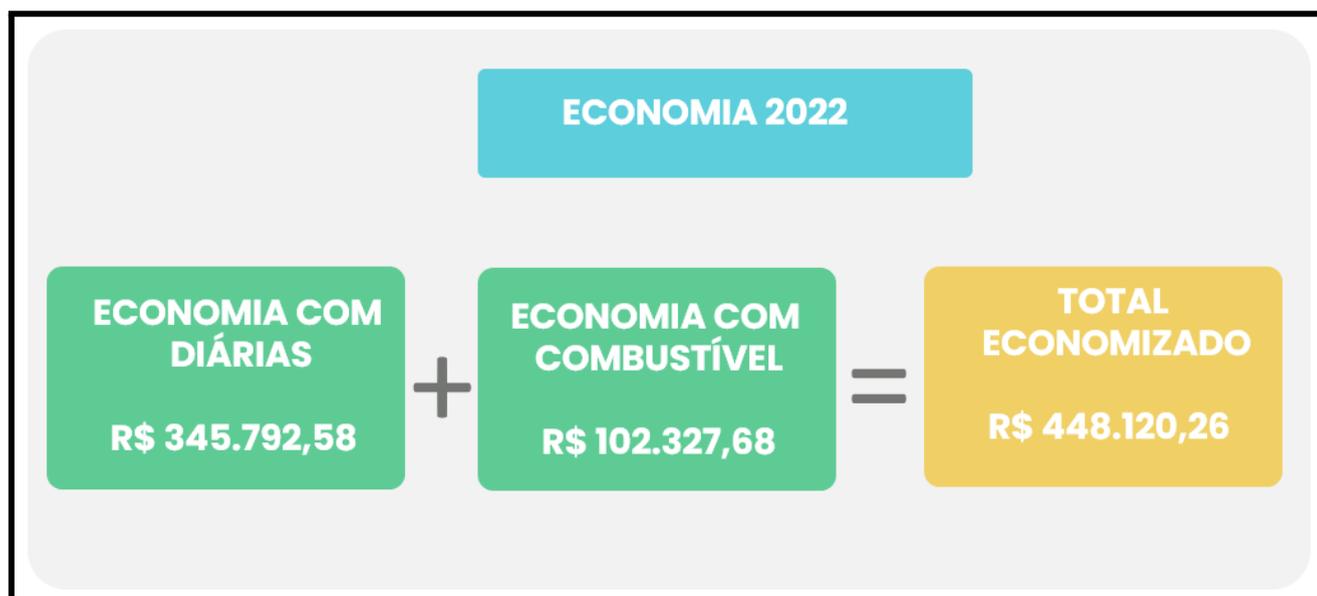


Imagem 02 – Economia gerada pela Central de TI –2022.

Durante o ano de 2022 destaca-se a implementação de novas formas de atendimento aos usuários, por meio de CHAT integrado na Intranet Corporativa, que além de atuar como mais um canal de atendimento às requisições de recursos de TI, reforçou o atendimento remoto promovida pela Central de TI perante a usuários que encontravam-se fora das dependências institucionais.

14. Apoio técnico para realização de eventos institucionais.

O ano de 2022 foi um ano de muitos eventos, reuniões e videoconferências institucionais. Foram registradas mais de **150 solicitações de apoio técnico** em eventos institucionais promovidos pelo MP-AP e por parceiros.

Com a massificação do uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação na realização desses eventos, tornou-se comum a necessidade de envolvimento técnico de servidores do DTI no apoio e acompanhamento de eventos de maior porte, visando salvaguardar eventuais problemas de suporte operacional no decurso da realização do evento.

Neste sentido, os servidores da Divisão de Suporte e Serviços de TI atuaram em conjunto com as assessorias de cerimonial e gabinete da procuradoria-geral de justiça na realização de eventos presenciais, remotos e híbridos realizados no decurso de 2022, dentre os quais destacam-se a realização de evento do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) em Macapá/AP e apoio técnico e acompanhamento de reuniões do CNPJ em outras unidades federativas brasileiras, em detrimento do acúmulo de funções desempenhadas pela Procuradora-Geral de Justiça do MP-AP que até parte do exercício de 2022 cumulou atividades com a presidência do CNPJ.



Imagem 03 – Acompanhamento Técnico em eventos, reuniões e videoconferências.

15. Substituição e ampliação de impressoras multifuncionais.



O novo contrato de outsourcing de impressão possibilitou substituição de 60 (sessenta) impressoras laser de alta capacidade no âmbito do MP-AP, com o seguinte detalhamento: **50 impressoras monocromáticas, 07 impressoras coloridas, 01 plotter e 02 impressora de grande porte que realizam impressão no formato A3.**

No decurso do exercício de 2022, os servidores da Divisão de Suporte e Serviços de TI também elaboraram termo de referência para **aquisição de 10 impressoras multifuncionais coloridas** para o atendimento de demandas pontuais de áreas que necessitam desses recursos.

Para tanto, o DTI mantém operacional programa de modernização contínua de ativos de TI, realizando periodicamente análise, monitoramento de demandas e estudos para melhor adequação do parque tecnológico da instituição para atender as demandas de seus usuários.

16. Renovação de 60% do parque de desktops corporativos.



É notório que a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) passa por processo de evolução contínua de seus insumos tecnológicos.

Neste sentido, os servidores da Divisão de Suporte e Serviços de TI , realizam monitoramento contínuo das necessidades operacionais de todas as unidades administrativas e finalísticas do MP-AP, com o objetivo de

conduzir processos de renovação tecnológica do parque tecnológico da instituição, reduzindo impactos com a manutenção de equipamentos sem cobertura de garantia e/ou riscos de aumento de indisponibilidade de recursos de TI, que acabam por comprometer o desenvolvimento das atividades laborais dos membros, servidores e colaboradores do MP-AP.

Nesse cenário, no ano de 2022 o DTI elaborou termo de referência para aquisição de computadores que proporcionaram a **substituição de 460 microcomputadores corporativos**, todos com garantia de 36 meses onsite, o que representa a renovação de aproximadamente 60% do parque de microcomputadores do órgão.

17. Aparelhamento institucional dos novos membros do MP-AP.



No decurso de 2022, o MP-AP por intermédio da banca examinadora CEBRASPE, conduziu a realização de concurso público para provimento de cargos de promotores de justiça substituto.

Neste sentido, visando estruturar a necessidade de provimento de infraestrutura de trabalho para os novos membros concursados, a equipe técnica da Divisão de Suporte e Serviços de TI elaborou termo de referência para **aquisição de 15 (quinze) novos notebooks corporativos**

com tecnologia de ponta, processador Intel Core i5, 16GB de memória RAM, SSD de 256GB, Windows 10 PRO e 48 meses de garantia on-site.

Os equipamentos foram entregues para os membros recém empossados do último concurso público realizado pelo MP-AP, proporcionando maior autonomia e praticidade para que os promotores substitutos desempenhem suas funções nas comarcas do interior do estado e também atuem de forma remota em videoconferências.

18. Renovação de licenças e aquisição de periféricos para solução de videoconferência.

Após a retomada do trabalho presencial nos órgãos públicos, a nova cultura de realizar reuniões e eventos de forma híbrida foi adotada e tudo indica que permanecerá mesmo após o fim da pandemia, portanto, o uso de ferramentas de videoconferência tornaram-se parte do dia-a-dia dos membros, servidores e colaboradores do MP-AP, dando muito mais eficiência e praticidade para a execução das atividades rotineiras.

Em 2022, foram renovadas, por mais 12 meses, **50 (cinquenta) licenças da ferramenta ZOOM MEETING** para a realização de reuniões por videoconferências, treinamentos à distância e webinars, proporcionando muito mais recursos para efetivação do trabalho remoto na instituição.

Nessa mesma esteira, a Divisão de suporte e serviços em TI também elaborou estudo técnico para dimensionamento e **aquisição de periféricos para suporte à videoconferência**, tais como webcams e headsets.

19. Aquisição de 3 novos painéis de Vídeo Wall.



Com a massificação do uso do processo eletrônico e o significativo aumento de reuniões híbridas, torna-se essencial que todas as instituições possuam soluções de videowall, que são soluções que agrupam diversos monitores de vídeo com o objetivo de apresentar uma tela de maior proporção, facilitando a visualização de apresentações, documentos e outras visualizações correlatas.

Neste sentido, no decurso de 2022, a Divisão de Suporte e Serviços de TI elaborou estudo mercadológico e confeccionou termo de referência para adquirir 03 (três) novos painéis de videowall para serem instalados nos seguintes locais:

- Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça
- Sala de Reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça
- Sala de Monitoramento Videográfico do Gabinete Militar do MP-AP.

A solução de videowall adquirida além de dispor dos mecanismos mais modernos do mercado, desenvolvida para trabalhar ininterruptamente 24 horas por dias 7 dias por semana, com um excelente brilho, e contraste dinâmico, é composta de painéis formados por 09 monitores, dispostos no formato 3X3, de 49 polegadas cada.

20. Aquisição de estabilizadores de tensão tipo nobreaks.



É notório que o Estado do Amapá ainda sofre com recorrentes instabilidades na prestação de serviço de energia elétrica, demandando a necessidade de instalação de equipamentos estabilizadores de tensão tipo nobreaks, que possibilitam proteger os ativos de TI contra surtos, sobrecargas e curto-circuito elétricos.

No ano de 2022, os servidores da Divisão de Suporte e Serviços de TI elaboraram estudo técnico para **aquisição de 72 (setenta e dois) nobreaks** destinados principalmente para atender os municípios do interior do Estado, haja vista que tal região é a que mais apresenta instabilidade elétrica.

A aquisição possibilita ampliar a disponibilidade dos equipamentos de TI utilizados, proporcionando mitigar riscos de danos e conseqüentemente a necessidade de substituição de ativos de TI.

21. Aquisição de 50 licenças do Microsoft Office 2021.



Apesar dos esforços envidados pelo Departamento de Tecnologia da Informação para adoção de suíte de escritório colaborativa (Google Workspace) adquirida pela instituição, bem como uso de soluções de software livre (Libre Office) e/ou editores de textos embargados nos próprios sistemas de informações desenvolvidos pelo MP-AP. Ainda há a necessidade pontual de

uso de recursos exclusivos da suíte Microsoft Office, haja vista extenso trabalho técnico para elaboração de planilhas complexas com macros e/ou documentos correlatos desenvolvidos com recursos exclusivos da Microsoft.

Nesse sentido, visando atender demandas institucionais de algumas unidades administrativas que justificaram uso da solução Microsoft nas suas atividades desempenhadas dentro da instituição, a Divisão de Suporte e Serviços de TI elaborou projeto para **aquisição de 50 (cinquenta) licenças do Microsoft Office versão 2021**, última versão em comercialização no mercado, para atender pontualmente as unidades que justificarem a necessidade de instalação, a título de exceção, desse tipo de solução.

22. Aquisição de ferramenta de transcrição/gravação de áudio/vídeo.



A degravação e transcrição de áudio e vídeo sempre foi uma temática recorrente no âmbito ministerial brasileiro, haja vista que inúmeras atividades extrajudiciais e judiciais demandam a realização desse tipo de funcionalidade, o que, conseqüentemente importa na designação de colaborador para realizar esse tipo de atividade, que toma um tempo considerável de esforço técnico para sua execução manual.

Após extensa pesquisa mercadológica e consulta a outros órgãos ministeriais, a equipe técnica do DTI opinou pela aquisição do software desenvolvido pela empresa VOXIA para esta finalidade.

Dentre as inúmeras funcionalidades disponíveis na ferramenta destacam-se:

- Realizar a degravação e transcrição automática de áudio e vídeo através de upload em variados formatos de mídia;
- Recebimento de alerta por e-mail quando a ferramenta conclui o processo de degravação;
- Uso de Inteligência Artificial para melhoria no processo de transcrição, reduzindo retrabalho do operador na hora de revisar o arquivo transcrito.
- Possibilidade de marcação ou busca por palavras chave dentro do áudio ou vídeo a ser degradado.

A solução inicialmente está sendo utilizada na degravação dos vídeos das reuniões dos Órgãos colegiados, podendo ter seu uso ampliado para demandas de promotorias de justiça do MP-AP.

23. Modernização dos auditórios do MP-AP na capital e interior do Estado.



O Ministério Público do Estado do Amapá realiza diversos eventos institucionais dentro e fora de seus prédios e para melhor atender aos participantes dos eventos é necessário aparelhar os auditórios com equipamentos de sonorização e também audiovisuais.

Diante disto, no ano de 2022 foram equipados três auditórios, sendo um na capital, no Complexo Zona Norte e dois nos interiores, mais precisamente nas Promotorias de Justiça de Laranjal do Jari e de Santana.

24. Outras atividades de relevância executadas no exercício 2022.

- **Elaboração de termo de referência** para nova contratação de empresa especializada na manutenção corretiva, com reposição de peças, para equipamentos de informática.
- Estudo de viabilidade técnica e elaboração de termo de referência para aquisição de solução de Service desk com recursos avançados.
- Realização de **registro de preços para aquisição de suprimentos de TI** e toners
- Contrato nº 24/2022 para **renovação do licenciamento de software de acesso remoto e suporte via internet (Teamviewer)**.
- Elaboração de Termo de referência para aquisição de softwares especializados para a Divisão de Engenharia e Arquitetura.
- Elaboramos de termo de referência para aquisição de equipamentos tecnológicos para equipar o novo prédio do Núcleo de Apoio Técnico e Administrativo (NATA) e dos Centros de apoio Operacionais (CAO's)
- **Preparação e configuração de 140 microcomputadores destinados a doações** do MP-AP para instituições parceiras que precisam de equipamentos de TI.
- Participação de **capacitações técnicas** visando atualização de conhecimentos necessários para o pleno exercício das atividades de TI.

DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA DE TI

A **Divisão de Infraestrutura de TI** tem por objetivo agregar valor por meio de soluções de tecnologia da informação, possibilitando aos seus usuários uma boa infraestrutura tecnológica de hardware que suporte a demanda por recursos em todas as unidades da instituição..

Nesse sentido, os seguintes projetos foram desenvolvidos para o exercício de 2022 pela Divisão de Infraestrutura de TI:

25. Modernização da Rede sem fio no Edifício Sede PGJ.



A equipe técnica da Divisão de Infraestrutura de TI realiza monitoramento contínuo do uso dos recursos computacionais e de telecomunicações do MP-AP objetivando mapear de forma pró-ativa as demandas e necessidades de modernização e melhoria de recursos de comunicação utilizados na instituição.

Neste sentido, no exercício de 2022 foram adquiridos e **implantados 25 (vinte e cinco) novos equipamentos de difusão de rede sem fio (wifi)** com o objetivo de ampliar a malha de oferta desse tipo de serviço nas dependências do Edifício Sede Procuradoria Geral de Justiça.

Os novos equipamentos de pontos de acesso WIFI possibilitaram a ampliação do acesso à Internet de maneira rápida e estável, utilizando mecanismos e tecnologias mais modernas do mercado nesse segmento, proporcionando maior estabilidade e qualidade no acesso dos serviços.

26. Modernização do Sistema de Videomonitoramento.



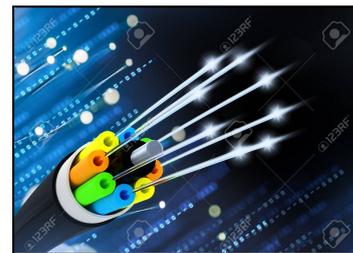
Dentre os diversos mecanismos e serviços utilizados para ampliar a segurança patrimonial e orgânica do MP-AP encontram-se o monitoramento videográfico.

Neste sentido, no decurso do ano de 2022, os servidores do Departamento de TI realizaram estudo e elaboração de termo de referência para modernizar o sistema de videomonitoramento institucional, substituindo **50 (cinquenta) câmeras analógicas por câmeras de última geração que utilizam tecnologia IP (Internet Protocol)** e possuem melhor qualidade de captação de imagem.

A instalação das novas câmeras de segurança proporcionaram aumento da qualidade do vídeo captado e conseqüentemente maior eficiência no monitoramento pró-ativo capitaneado pelo gabinete militar do MP-AP para proteger os ativos físicos e humanos que compõem o MP-AP.

27. Melhorias no Fornecimento de enlace de dados e link de Internet.

A massificação de uso do processo eletrônico e gestão eletrônica de documentos no âmbito do MP-AP demanda cada vez mais a necessidade de enlaces de dados robustos e disponíveis para possibilitar a comunicação das unidades administrativas com os sistemas de informações hospedados nos datacenters em nuvem da instituição e o acesso à Internet.



Nessa seara, foi implementado mais uma etapa do projeto de **modernização da malha de conectividade** que teve como destaque as seguintes melhorias:

- Capital:
 - Aumento do **link principal de Internet** de 300Mb para **1Gb na capital**;
 - Aumento do **link redundante de Internet** de 300Mb para **500 Mb na capital**;
- Interiores:
 - A **contratação de link redundante para a Promotoria de Justiça de Oiapoque**, que além de dispor de um novo caminho para interligação com o prédio sede, ampliou o link de 20 Mb para 100 Mb.

Além das melhorias da qualidade dos links de dados e internet, houve também a ativação da fibra óptica para **ponto de troca de tráfego de 1Gbps com o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP)**, que possibilita melhor conectividade com os sistemas de processos judiciais utilizados pelo TJAP (Tucujuris e PJE).

28. Expansão de uso de Telefonia Móvel Institucional para atendimento à sociedade.

O serviço de telefonia móvel pessoal é considerado essencial e imprescindível dada sua importância para a comunicação de membros e servidores para com a sociedade amapaense, dentre os quais destacam-se o uso deste serviço a Ouvidoria-Geral, Disk Denúncias, Núcleos de Mediações e Conciliações, bem como plantões ministeriais das Promotorias de Justiça da capital e interior.



Nesse sentido, em 2022, houve a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço móvel pessoal (SMP) e serviço de longa distância nacional (LDN) , com fornecimento de linhas móveis e pacote de dados, incluindo a facilidade de roaming nacional para o MP-AP.

Ademais, a mudança estratégica de uso de regime de comodato para aquisição de aparelhos celulares, trouxe significativa melhoria no desempenho e qualidade dos aparelhos adquiridos, que antes eram focados apenas na realização de chamadas e atualmente passam a ter novo dimensionamento técnico para suportar realização de videoconferências e outros serviços típicos de serem realizados por usuários de smartphones.

encontravam-se hospedados nos datacenters locais do MP-AP (on premises) para um ambiente de nuvem computadorizado.

A mudança para o novo ambiente proporcionou as seguintes melhorias:

- Aumento da capacidade de armazenamento de arquivos;
- Aumento dos mecanismos de proteção à segurança da informação e dos dados;
- Atendimento às principais normativas internacionais de boas práticas mercadológicas de conformidade regulatória legal;
- Aumento do quantitativo de contas institucionais;
- Possibilidade de novos modelos de compartilhamento e políticas de segurança de arquivos armazenados e compartilhados.

31. Melhorias contínuas na segurança cibernética do ambiente em Nuvem do MP-AP.

No decurso de 2022, a equipe técnica da Divisão de Infraestrutura de TI efetuou o planejamento e a execução de melhorias no ambiente em Nuvem Computacional da instituição, onde destacam-se os seguintes:

- **Ativação de recursos de segurança da informação:**
 - Web Application Firewall
 - Proteção Anti-DDoS
 - Proteção de backup contra sequestro de dados (ransomware)
 - Uso de multi-fator para acesso ao ambiente de produção
- **Otimização de uso de recursos computacionais:**
 - Mudança de Discos visando maior velocidade de processamento.
 - Melhorias no Monitoramento de consumo de recursos.
 - Otimização dos principais Banco de Dados da instituição.
- **Adoção de novas funcionalidades:**
 - Uso de Amazon Simple Storage Service - S3 para armazenamento de dados.



32. Melhorias no monitoramento de ativos críticos de TI de forma sustentável.

A modernização dos sistemas de vídeo wall nos auditórios do MP-AP trouxe importantes avanços na oferta de visualização de imagens e documentos para reuniões realizadas naquele ambiente. Contudo, os dispositivos substituídos pela versão mais moderna, ainda possuíam funcionalidades de uso em outros ambientes.

Nesse sentido, os servidores da Divisão de Infraestrutura de TI (DINFRA) fizeram estudo técnico para melhor aproveitamento do equipamento de videowall substituído, objetivando o aproveitamento e a sustentabilidade ambiental desse importante recurso já adquirido pela instituição.

Desta feita, no decurso de 2022 foi implementado nas dependências do DTI, sistema de video wall que juntamente com um conjunto de melhorias desenvolvidas pela equipe técnica da divisão possibilitou as seguintes ações:

- Ampliação da malha de monitoramento de enlaces de rede e links Internet utilizados nos prédios do MP-AP;
- Ampliação da malha de monitoramento de serviços de TI hospedados em datacenter local;
- Desenvolvimento de novos Painéis de monitoramento dos serviços em ambiente em Nuvem Computacional.

33. Participação em eventos de qualificação técnica.



Com o objetivo de buscar qualificação técnica continuada, os servidores lotados na Divisão de infraestrutura participaram de eventos a nível nacional e internacional em 2022, onde destacam-se:

- EXPOJUD - Evento destinado a promover os debates sobre inovação, tecnologia e empreendedorismo.
- AWS Summit 2022 - Evento destinado a promover temáticas sobre as atualizações técnicas dos recursos disponíveis na AWS.
- Google Workspace - Treinamento remoto sobre o painel da solução.

34. Adequações e sustentação de recursos tecnológicos para suportar atividades em teletrabalho.



Para possibilitar a plena continuidade das atividades laborais exercidas pelo MP-AP no novo formato de trabalho (remoto), Ato nº 03/2022 um conjunto de adequações foram realizadas na infraestrutura de TI do MP-AP de forma a garantir o acesso de membros e servidores aos sistemas de informações mantidos pela instituição. Dentre eles destacam-se:

- Sustentação de links entre as promotorias e unidades ministeriais para possibilitar teletrabalho e suporte às atividades desenvolvidas *in loco* nas Promotorias.
- Utilização de soluções de acesso remoto (VPN e recursos correlatos) para possibilitar o trabalho remoto em sistemas que ainda demandam acesso no datacenter na Procuradoria de Justiça, tais como o módulo de distribuição de processos utilizados no MP Tucujuris.
- Redirecionamento de chamadas telefônicas de departamentos chaves e da Ouvidoria (127) para celulares de servidores, possibilitando manter o canal de atendimento com a sociedade amapaense mesmo sem a presença física nas dependências do MP-AP.
- Suporte e sustentação à operacionalização de videoconferências e reuniões do colégio de Procuradores.

35. Assessoramento na elaboração de projetos de rede lógica de obras, convênios e sustentação envolvendo recursos de TI.



A Divisão de Infraestrutura de TI atuou fortemente no planejamento, estudo e desenvolvimento de novas iniciativas objetivando cumprimento de novos modelos regulatórios, bem como implementação de boas práticas de gestão e sustentação de infraestrutura de TI.

Dentre os projetos desenvolvidos ao longo do ano de 2022, destacam-se os seguintes:

- Apoio no dimensionamento do projeto lógico para as obras do MP-AP (Novo Prédio do CAOS, Ampliação do prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça, Complexo de Promotorias Judiciais Dr. Eraldo Zampa, Rádio e TV Web).
- Elaboração e acompanhamento de projetos de convênios federais para modernização da infraestrutura computacional do MP-AP e recursos de tecnologia da informação aplicados à investigação.
- Estudos para melhoria no processo de gestão de serviços e servidores de dados em datacenter, devops e utilização de datacenter em nuvem.
- Realização de provas de conceito com novas soluções mercadológicas.
- Aquisição de Switch para modernização da infraestrutura de rede do MP-AP.

DIVISÃO DE GOVERNANÇA EM TI

A **Divisão de Governança em TI** tem como objetivo monitorar e controlar processos que assegurem que a TI sustente e estenda as estratégias e os objetivos organizacionais, mantendo riscos em níveis aceitáveis e em conformidade com normativos regulatórios internos e externos; além de propor melhorias na gestão de TI do MP-AP. Garantindo o envolvimento de todos, com controle efetivo dos processos, no que diz respeito à organização do departamento de TI, das informações e no desenvolvimento das atividades institucionais do MP-AP.

Nesse sentido, os seguintes projetos foram desenvolvidos para o exercício de 2022 pela Divisão de Governança em TI:

36. Auditoria de Conformidade à Resolução nº 171/2017-CNMP.



A inovação tecnológica é indispensável ao Ministério Público brasileiro para viabilizar o protagonismo na transformação da realidade social do país, tornando-o capaz de responder com agilidade aos anseios da sociedade, prever situações de conflito, combater a improbidade administrativa, ampliar a assertividade e celeridade do processo investigativo, permitir o efetivo controle externo da atividade policial e garantir a operacionalização do processo eletrônico, por meio do tratamento de informações em tempo real.

Com o objetivo de uniformizar e direcionar as práticas de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação no Ministério Público Brasileiro, de forma que o uso da TI forneça suporte à implementação de ações estratégicas e de práticas de gestão, o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, por meio da resolução nº 171 de 27 de junho de 2017, instituiu a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP).

Nesse diapasão, todos os ramos do Ministério Público brasileiro dispõem de prazo pactuado para que até Junho de 2023, atendam integralmente as ações e boas práticas consolidadas no PNTI.

No decurso do ano de 2022, a equipe técnica da Divisão de Governança em TI realizou conjunto de auditorias internas nas Divisões do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI com o objetivo de mensurar o índice de conformidade do MP-AP à referida resolução, e subsidiar a condução e monitoramento de ações corretivas para atingir a melhoria contínua necessária para a conformidade regulatória da instituição ao PNTI.

A auditoria liderada pelo servidor **Alan Pinheiro Brito** trouxe como resultado final das auditorias trimestrais, o índice de 40% de conformidade do DTI ao PNTI e conseqüentemente à Resolução

supracitada, possibilitando mapeamento de um conjunto de ações segmentadas por Divisão do DTI para progredir com o cumprimento do planejamento até a data limite estabelecida pelo CNMP.

37. Elaboração e coordenação de Projeto Estratégico - Governança Digital.

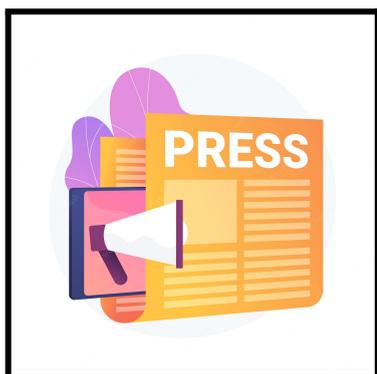


Solicitado pelo PGA nº 20.06.0000.0002758/2022-90, o projeto estratégico intitulado Governança Digital, capitaneado pelo servidor Gilberto Souza de Almeida, chefe de Controle Interno de TI da Divisão de Governança em TI, objetivou a consolidação de ações pertinentes à estruturação da Governança Digital no âmbito do MP-AP, com a proposta de padronização de processos, modelos normativos e outras documentações correlatas que suportam a conformidade regulatória do DTI do MP-AP.

Desta feita, no decurso do ano de 2022 os seguintes resultados foram alcançados dentro do supracitado projeto:

- Nivelamento de conhecimento da equipe técnica do DTI em Mapeamento de Processos de Negócios, por intermédio de curso de capacitação interna conduzido pelo gerente da Divisão de Gestão Estratégica Institucional, Eder Ney Gouvêa Quintas no período compreendido entre 06/07/2022 à 08/07/2022 sob realização do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP-AP;
- Estudos técnicos quanto a temática de Catálogo de Serviços de TI adotados por outros órgãos públicos, bem como alinhamento desses insumos com as melhores práticas mercadológicas de governança de TI, tais como COBIT 2019 e ITIL 4, e instruções normativas propostas pelo programa de Transformação Digital do Governo Federal Brasileiro;
- Elaboração do Catálogo de Serviços da Central de TI (CSCSTI), que norteará as atividades desempenhadas pelo ponto de principal de recebimento de chamados de requisições de serviços do Departamento de TI, Central de TI;
- Mapeamento dos processos de negócios utilizados pela Central de TI, sugerindo otimizações processuais e melhorias no fluxo de atendimento e resolução de chamados;
- Mapeamento da Gestão de Mudanças de TI e proposta de política de gestão de mudanças de TI;
- Estudos preliminares para o processo de Solicitações de Serviços de TI e a implantação do SCRUM como processo ágil de desenvolvimento de software.

38. Consolidação de Ações do DTI no Portal da TI .



O portal da TI é um dos principais canais de comunicação dos Departamentos de Tecnologia da Informação dos órgãos públicos, nele encontram-se a apresentação das missões de cada divisão que compõe o Departamento, notícias relevantes de serviços e ações conduzidos pela área de TI da instituição, bem como dicas e boas práticas de conscientização ao melhor uso dos recursos tecnológicos promovidos pelas instituições.

No caso do MP-AP, o Portal de TI encontrava-se em desuso com notícias e informações defasadas, não sendo um bom canal de comunicação com os usuários de TI da instituição.

Neste sentido, desde o mês de abril de 2022, a equipe técnica da Divisão de Governança de TI, juntamente com o apoio da Divisão de Sistemas de Informações, iniciou o processo de remodelação do Portal de TI para atender as melhores práticas de governança corporativa desenvolvidas pelo mercado.

No decurso do ano de 2022, as seguintes ações foram realizadas pela equipe técnica e colaboradores da Divisão de Governança de TI:

- Atualização dos organogramas do DTI para refletir a legislação institucional vigente em 2022;
- Definição de papéis e fluxos para aprovação e publicação de notícias institucionais no Portal da TI;
- Acompanhamento de ações realizadas pelo DTI;
- Elaboração de matérias para submissão à aprovação e publicação no Portal de TI.

39. Acompanhamento do PDTI 2022 e elaboração do PDTI 2023.



O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um documento que detalha os processos de TI que uma organização usa para gerenciar suas operações. Ou seja, ele serve como um guia para a tomada de decisões relacionadas aos processos integrados e permite que se priorize e se implementem tarefas de acordo com as estratégias previamente formuladas.

Com o advento da Divisão de Governança de TI, a elaboração e monitoramento de cumprimento do PDTI anual passou a ser uma das atividades principais da Divisão, que atua como área executora do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) do MP-AP, órgão deliberativo de composição multidisciplinar pela Resolução nº 171/2017-CNMP para tomada de decisões da área de TI.

Neste sentido, no exercício do ano de 2022 as seguintes ações foram executadas pela equipe da Divisão de Governança em TI:

- Aprovação e monitoramento das ações mapeadas no PDTI para o exercício 2022;
- Elaboração e monitoramento de eventuais ajustes do PDTI para o exercício 2023;
- Apoio ao CETI na priorização de ações e orçamentos de TI
- Proposta de Plano Anual de Contratações de TI para o exercício 2023, unificando propostas de projetos do Departamento de TI e de outras unidades ministeriais que também demandam/adquirem produtos enquadrados como Solução de TI.
- Apoio e aprovação de rubrica destinada para Tecnologia da Informação dentro dos recursos a serem despendidos com o MP-AP pela Lei Orçamentária Anual do Estado do Amapá (LOA);
- Apoio na difusão de conhecimentos sobre o PNTI e a Resolução nº 171/2017-CNMP perante as outras áreas administrativas e institucionais do MP-AP.

Ressalta-se que em razão da Divisão de Governança em TI ter sido estruturada somente em junho/2022, a gestão do PDTI 2022-2023 que a priori seria em formato de biênio foi segmentada para anual, de forma a facilitar a adequação de projetos em curso, dada a reestruturação interna que perpassou o DTI em 2022.

Neste sentido, de forma excepcional, foi necessário não só acompanhar o que já havia sido aprovado para 2022, mas também planejar 2023 concomitantemente. O desafio agora se apresenta em aprovar 2023 e começar o planejamento de 2024-2025, utilizando como lições aprendidas todas as dificuldades superadas até o presente momento.

40. Elaboração e acompanhamento de projetos de captação de recursos públicos (emendas parlamentares) envolvendo recursos de TI.



O MP-AP nos últimos anos tem utilizado a captação de recursos públicos (emendas parlamentares) como mais uma fonte de recursos financeiros para execução de ações consideradas estratégicas para o pleno desenvolvimento da instituição.

Com a criação da Divisão de Governança em TI na atual legislação estruturante do órgão, as atribuições de elaboração e análise de projetos envolvendo recursos de TIC passaram a ser gerenciadas pela nova divisão.

Dentre as atividades executadas no decurso do ano de 2022, destacam-se o acompanhamento de projetos de recursos públicos principalmente no que diz respeito a Tecnologia da Informação, dentre as principais:

- Elaboração de Carteira de projetos de TIC para o exercício 2023;
- Elaboração de projetos de TIC nos moldes exigidos pela Plataforma + Brasil;
- Enquadramento de projetos de TI aos Programas dos órgãos concedentes;
- Monitoramento e apoio às áreas demandantes de TIC, em conjunto com a assessoria técnica da Procuradora-Geral de Justiça, na fiscalização e execução de convênios federais firmados com o MP-AP;
- Apoio na respostas de diligências do órgão concedente e dos órgãos de controle;

- Apoio na elaboração de Relatório de Execução e Prestação de contas de convênios que possuem recursos de TIC.

41. Acompanhamento de Processos Eleitorais.



Para a condução de processos eleitorais, é praxe a criação de comissões multidisciplinares para gerir todo o processo eleitoral, sendo atribuído aos membros da Comissão o acompanhamento de todas as fases do processo eleitoral, certificando que o sistema de votação encontra-se zerado de votos antes de iniciar o processo eleitoral, que todos os eleitores aptos e candidatos homologados encontram-se cadastrados no sistema, dentre outras ações procedimentais atinentes a esse tipo de processo.

Nesse sentido, em razão do sistema eleitoral adotado pelo MP-AP ser eletrônico (Votus), o Departamento de Tecnologia da Informação sugere o envolvimento de pelo menos 02 (dois) servidores para apoio aos membros designados à composição das comissões eleitorais, sendo um da Divisão de Sistemas de Informação e outro da Divisão de Governança em TI, cada qual atuando em sua especialidade, no caso, o primeiro no âmbito de configuração e sustentação do sistema de informação e o segundo no âmbito de conformidade com os fluxos e checklists operacionais necessários para o pleno funcionamento do sistema eleitoral.

No decurso de 2022, a equipe multidisciplinar de servidores do DTI auxiliou a coordenação dos seguintes processos eleitorais:

- Abril /2022:
 - Eleição para a nova Presidência do Conselho Nacional de Procuradores de Justiça;
 - Eleição para Ouvidor Geral do MP-AP para o biênio 2022-2024
- Dezembro/2022:
 - Eleição para composição da lista tríplice para Procurador-Geral de Justiça do MP-AP para o biênio 2023-2025

42. Apoio a conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados no MP-AP.



O MP-AP desde junho de 2021 vem atuando na realização de ações para análise e implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito ministerial.

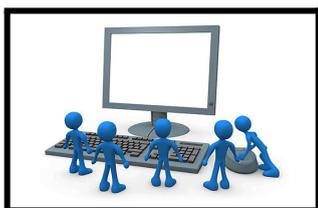
No decurso de 2022, os servidores Lucien Rocha Lucien, Marcelo Magalhães Pantoja, Frederico Amaro Junior e Geovane Melonio Vanzeler compuseram como representantes do Departamento de Tecnologia da Informação a Comissão

multidisciplinar de Implementação da LGPD na instituição e respectivos Grupos de Trabalho que segmentam as atividades entre área finalística e área administrativa.

As principais ações capitaneadas pela equipe técnica do DTI na comissão e grupos de trabalho foram:

- Apoio na campanha de conscientização sobre o que é a LGPD, sua abrangência e aplicabilidade no MP-AP;
- Apoio técnico no diagnóstico do inventário de dados pessoais na instituição;
- Mapeamento de dados pessoais nos sistemas e divisões do DTI;
- Elaboração de pareceres técnicos de aplicabilidade da LGPD em sistemas de informações;
- Participações nas reuniões dos comitês e grupos de trabalho ocorridas no decurso de 2022;
- Apoio na elaboração de plano de ação e relatório de atividades desenvolvidas para atendimento à LGPD no MP-AP;
- Elaboração em conjunto com os representantes da Assessoria de Comunicação Institucional de conteúdo e gravação de vídeo e cards de material publicitário para o público interno em relação a importância da LGPD e formas de tratamento de dados pessoais.

43. Participação em Comitê de adequação institucional à Nova Lei de Licitações e Contratos.



O MP-AP no decurso de 2022 criou comitê multidisciplinar para atuar na análise técnica dos requisitos necessários de ajustes na instituição para atender a nova lei de licitações e contratos (NLLC - Lei nº 14.133/2021) que passa já se encontra em vigência e determina que até 01 de abril de 2023, seja totalmente incorporada nas instituições públicas em substituição a Lei 8.666/93.

Nesse sentido, o Departamento de Tecnologia da Informação indicou o servidor Lucien Rocha Lucien, para compor a supracitada comissão.

As principais ações desenvolvidas pelo integrante do DTI no comitê em 2022 foram:

- Análise técnica de riscos e aplicabilidade da NLLC nos processos de aquisição de serviços e produtos de TIC;
- Análise técnica quanto às atribuições e designações dos fiscais de contrato na nova legislação: Gestor de Contratos; Fiscal Administrativo, Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico em detrimento a limitação de recursos humanos do MP-AP para dispor de servidores efetivos com os perfis adequados para atuação nesses papéis;
- Análise técnica quanto a necessidade de readequação do fluxo processual para aquisições de soluções de TI;
- Sugestões para reorganização da Seção de Aquisições, de forma a melhor atender as demandas de compras e cadastramento de itens a serem consolidados nas ordens de empenho;
- Sugestões para implementação de projeto piloto de utilização da NLLC em processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, de forma a já ir adequando os servidores da instituição ao pleno cumprimento do novo regramento legal.
- Análise de documentação de apoio elaborada pela Advocacia Geral da União (AGU) para atender a NLLC em contratações de TI:
 - Modelo de Estudo Técnico Preliminar (ETP)

- Modelo de Documento de Oficialização de Demanda (DoD)
- Modelo de Termo de Referência
- Uniformização de insumos de Tecnologia da Informação por meio de Catálogo de Compras de Materiais e Serviços de TI;
- Necessidade de uso mais efetivo do Painel de Preços para identificação de valor de mercado de item a ser licitado;
- Uso do módulo ETP Digital no sistema ComprasNET [não concluído - pendente formalização do gestor do sistema Comprasnet pelo MP-AP para cadastramento e acesso ao novo módulo baseado na NLLC.
- Análise do Plano de Modernização da Gestão e Fiscalização de Contratos apresentado pela Divisão de Contratos, em outro comitê [não concluído - prejudicado em detrimento a agenda de feriados e jogos da copa do mundo]

44. Participação na Comissão designada para adequação institucional à Resolução nº 102/2013 e encaminhamento de sugestões ao CNMP.



A resolução nº 102/2013-CNMP disciplina no âmbito do Ministério Público Brasileiro os procedimentos relativos à contratação de serviços e soluções de TI. Nesse sentido, o MP-AP disciplinou por meio do ato normativo nº 005/2015-PGJ o cumprimento da referida resolução na instituição. Contudo, dado as mudanças de instruções normativas do governo federal (IN 04/2014/SLTI;; IN 01/2019/SEGES; IN 31/2021/SEGES; IN 20/2022/SEGES; Resolução CPAR nº 29/2022) e a própria nova Lei de Licitações e Contratos, houve a necessidade de realizar a análise imediata de riscos e eventuais problemas de não conformidade legal do ato 005/2015-PGJ no cenário atual.

Para tanto, a Administração Superior do MP-AP designou comissão multidisciplinar, por intermédio da Portaria nº 673/2021-SG/MP-AP e do processo de gestão administrativa nº 004860/2021-84 e 20.06.0000.0001837/2022-28, no qual o DTI indicou como representantes os servidores: Lucien Rocha Lucien, Marcelo Magalhães Pantoja e Marco Aurélio Gama da Silva.

No decurso de 2022, a comissão reuniu-se em 3 (três) momentos entre o período de março/2022 a abril/2022 e teve as seguintes ações proferidas pela equipe do DTI:

- Estudo das novas instruções normativas do governo federal sobre a temática de contratações de TI;
- Análise de riscos quanto a problemas de segregação de funções vs. a sobreposição de funções conflitantes no âmbito do MP-AP em detrimento a escassez de recursos humanos para designação;
- Atendimento a pedido exarado pelo CNMP (Ofício SEI 0601328) para encaminhamento de sugestões de alteração de pontos conflitantes, de forma que a nova resolução proposta pelo órgão de controle, adeque as particularidades dos ramos do ministério público brasileiro.

A comissão apresentou como resultado a propositura de um Plano de Modernização da Gestão e Fiscalização de Contratos.

45. Elaboração de Painéis Gerenciais.



O pacote da Suíte Google Workspace utilizado pelo MP-AP dispõe de ferramenta denominada Google Locker Studio (antigo Google Data Studio) que possibilita a criação de painéis gerenciais com indicadores, possibilitando converter dados originários de planilhas eletrônicas, em dashboards/painéis dinâmicos que melhor apresentam dados de determinada temática na linha do tempo para leitura do usuário de TIC.

No decurso de 2022, a Divisão de Governança em TI (DivGov) elaborou 2 (dois) painéis gerenciais que objetivam consolidar informações relevantes de indicadores monitorados pela DivGov. Dentre os indicadores formalmente entregues aos gestores de divisões do DTI encontram-se:

- **Painel Estrutura Organizacional do DTI:** Consolida o quantitativo de recursos humanos que exercem suas atividades dentro do Departamento de Tecnologia da Informação do MP-AP, possibilitando agrupar os dados ali dispostos por: tipo de vínculo público (estagiário, servidor comissionado, servidor efetivo, servidor cedido); unidade de lotação no DTI; quantitativo de pessoas por unidade; gênero;; modalidade de trabalho (presencial, teletrabalho); se encontra-se em exercício ou em afastamento, entre outros.
- **Painel Indicador de Aderência do MP-AP ao Plano Nacional de Tecnologia da Informação (PNTI):** Consolida o conjunto de perguntas definidas pelo CNMP para validar o cumprimento do Plano Nacional de Tecnologia da Informação. Dentre as possibilidades de filtragem, o painel apresenta segmentação por macroprocesso, aderência, divisão responsável pelo cumprimento do item de aderência e o status do item (parado, em andamento, concluído).

Por se tratar de dados que encontram-se em constante evolução, os painéis são atualizados periodicamente e possibilitam ao gestor rapidamente obter informações relevantes para preenchimento de formulários e/ou obter informações quanto ao nível do MP-AP de aderência à Resolução nº 171/2017-CNMP e/ou se determinado servidor/colaborador encontra-se em atividade.

46. Desenvolvimento de campanhas publicitárias para o DTI.



O desenvolvimento de campanhas e planos de comunicação entre o Departamento de TI e os usuários de TI do MP-AP tornou-se essencial para o uso adequado dos sistemas de informações e recursos tecnológicos disponibilizados pelo DTI.

A ampliação de ataques cibernéticos e de mudanças regulatórias e legais em recursos disponíveis em aplicações passou a protagonizar a necessidade de estabelecimento de um canal de comunicação direto do DTI com os usuários institucionais.

Nesse sentido, no decurso de 2022, a equipe técnica da Divisão de Governança em TI juntamente com o apoio da Assessoria de Comunicação Institucional, desenhou 3 (três) formatos de planos de comunicação para serem desenvolvidos pelo DTI junto aos seus usuários:

- **Minuto da TI:**
 - Finalidade: Apresentar boas práticas de uso de recursos de TIC, campanhas de conscientização, informes institucionais vinculados a sistemas e recursos tecnológicos fornecidos pelo DTI, bem como consolidado de notícias relevantes do DTI no período compreendido;
 - Periodicidade: Mensal;

- **Você sabia?**
 - Finalidade: Apresentar informações relevantes de recursos e funcionalidades de sistemas e serviços de TIC ofertados pelo MP-AP;
 - Periodicidade: Semanal;

- **TI na Prática!**
 - Finalidade: Pequenos vídeos com explicações de como realizar tarefas em sistemas e/ou recursos tecnológicos disponibilizados aos usuários de TI do MP-AP.
 - Periodicidade: Trimestral.

A ação também possibilitou mapear os canais de comunicação disponíveis para a propagação das enquetes, nos quais elencamos os seguintes:

- Portal Institucional
- Portal da TI
- Intranet Corporativa (Banners e painel de notícias)
- Redes sociais Institucionais
- Lista de transmissão Whatsapp (Cerimonial, Assessoria de Comunicação, Setorial)
- Lista de e-mails (Departamentos, Membros, Servidores, Estagiários)
- Papel de parede de equipamentos pertencentes à rede MP-AP

Os canais de comunicação poderão variar de acordo com critérios de relevância, riscos operacionais, segurança da informação, necessidade de cumprimento regulatório e legal, tempo para propagação e tipo de divulgação (campanhas institucionais, mês da segurança da informação, etc).

47. Desenvolvimento e acompanhamento de indicadores de produtividade.



A resolução nº 171/2017-CNMP dentre os seus diversos macroprocessos ratifica a importância de se estabelecer gestão de competência na área de TI dos órgãos ministeriais.

No decurso de 2022, em paralelo ao projeto capitaneado pelo Departamento de Gestão de Pessoas de Gestão de Competência Institucional, foi iniciado o projeto piloto denominado **Diário de Bordo**

que teve como objetivo consolidar as tarefas e projetos conduzidos por todos os servidores da Divisão de Governança em TI.

O piloto Diário de Bordo possibilitou agrupar tarefas de expediente realizadas por cada integrante da Divisão de Governança em TI, de forma que futuramente consiga facilitar o mapeamento de atividades, competências e atribuições executadas por cada um, proporcionando a geração de indicador relevante para atendimento a critérios estabelecidos em atos normativos, tal como o de teletrabalho, que aduz distribuição de tarefas para o servidor em regime de teletrabalho superior em 20% aos que estão em regime presencial.

48. Outras atividades de relevância executadas no exercício 2022.

- Participação de capacitações técnicas visando atualização de conhecimentos necessários para o pleno exercício das atividades de Governança e Gestão de TI:
 - Elaboração e Análise de Projetos de Convênios Federais
 - Plataforma + Brasil
 - Redação oficial com foco na elaboração de documentos oficiais e técnicos
 - Lei Geral de Proteção de Dados aplicadas ao Setor Público
 - Google Workspace.
- Atividades de gestão e apoio departamental:
 - Participação de reuniões internas e externas
 - Fiscalização de Contratos
 - Elaboração de termos de referência
 - Pareceres Técnicos e minutas de documentação:
 - Requisitos de TI mínimos para servidores em teletrabalho
 - Estudos de novas tecnologias e processos de transformação digital no setor público
- Monitoramento e controle de projetos estratégicos
 - Banco de Peças - Apoio na Elaboração de Termo de Encerramento
 - Radar Ambiental - Apoio na Elaboração de Termo de Encerramento
 - MP Cloud - Apoio na Elaboração de Termo de Encerramento

Considerações Finais

Este relatório apresentou uma radiografia das ações conduzidas pelo Departamento de TI e do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação no decorrer do ano de 2022, as quais tiveram como desafios adicionais a nova cultura de realizações de atividades em formato "Anywhere Office" (sem qualquer lugar - tradução literal) estabelecida pós pandemia.

Sabe-se que, no contexto atual, não basta ter sistemas, equipamentos e recursos tecnológicos modernos, mas é necessário que os mesmos sejam eficazes no sentido de trazerem retorno sobre o investimento realizado e proporcionar qualidade de vida a todos os membros, servidores e colaboradores envolvidos na operação dos mesmos. Por isso, o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) busca melhorar constantemente a prestação dos seus serviços, mantendo o desbravamento tecnológico, presente em seu DNA, em todas as ações e projetos desenvolvidos para o Ministério Público do Estado do Amapá.

Os desafios mapeados para o próximo exercício são:

- Atender as demandas e idéias propostas pelo novo Procurador-Geral de Justiça;
- Executar e monitorar o planejamento disposto no PDTI 2023;
- Elaborar o Plano Diretor de TI para os exercícios 2024-2025;
- Atender integralmente a conformidade regulatória exigida pela Resolução nº 171/2017-CNMP;
- Ampliar a maturidade da Gestão e Governança de TI por meio de regulamentação normativa e massificação de cultura e boas práticas mercadológicas para todos os atores envolvidos;
- Transformar a Central de TI em um Service Desk, proporcionando melhoria contínua na forma de atendimento ao usuário de TI
 - Implementar o novo Catálogo de Serviços da Central de TI
 - Adquirir soluções de gestão de chamados aderente à nova realidade institucional
- Executar os convênios federais aprovados:
 - Estruturação do novo anfiteatro e auditório do prédio da PGJ;
 - Estruturação do novo Laboratório de TI;
 - Estruturação do prédio do CAOs;
- Continuar a busca por soluções que melhor atendam às necessidades do MP-AP.

A equipe DTI renova seu engajamento neste processo contínuo de evolução, para que os projetos planejados sejam executados da melhor maneira possível, garantindo o melhor uso do recurso público e a atendimento das demandas relatadas por nossos usuários, propiciando contribuir diretamente para os avanços atinentes às atividades desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Amapá na sociedade amapaense.